

## Sindsep participa de Seminário da Reforma Administrativa e reforça mobilização contra retrocessos

O Sindsep participou, nesta terça-feira, 09 de julho, do Seminário da Reforma Administrativa, promovido pela Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, em Brasília. O evento reuniu parlamentares, especialistas e representantes de entidades sindicais com o objetivo de debater os impactos da Reforma Administrativa e articular estratégias de resistência à proposta.

A mesa do seminário foi coordenada pela deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA) e contou com a presença de importantes parlamentares comprometidos com o serviço público, como Pedro Uczai (PT-SC), Rogério Corrêa (PT-MG), Pedro Campos (PSB-PE), Luciene Cavalcante (PSOL-SP), Glauber Braga (PSOL-RJ) e a senadora Zenaide Maia (PSD-RN).

Entre os palestrantes estiveram o secretário de Gestão de Pessoas do MGI, José Celso, que abordou a Reforma Administrativa no contexto do serviço público brasileiro; a geóloga e ex-reitora da Universidade de Brasília, Dra. Márcia Abrahão Moura, que destacou o papel do Congresso Naci-

onal e apontou caminhos estratégicos; e o analista político e diretor de documentação do Diap, Neuriberg Dias, que apresentou um panorama da tramitação da proposta no Legislativo e alternativas de enfrentamento.

Durante os debates, foi consenso entre os participantes a necessidade urgente de retomar o espírito de mobilização que foi decisivo na luta contra a PEC 32, considerada uma das maiores ameaças aos direitos dos servidores. A avaliação é de que o atual cenário exige resistência organizada, pressão permanente sobre o Congresso Nacional e atuação coordenada nos estados.

As falas reforçaram a importância de que essa mobilização ultrapasse os limites de Brasília, ganhando força nas Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e, sobretudo, junto aos movimentos sociais, para fortale-



cer o enfrentamento em todo o país.

O diretor da Condsef, José Ribamar Figueiredo, destacou o papel da união e da articulação nacional para conter os retrocessos:

“A luta vai ser grande, mas com a união de todos iremos vencer. Precisamos estar atentos, mobilizados e prontos para o embate que se desenha”, afirmou.

O Sindsep reafirma seu compromisso com a defesa do serviço público, da democracia e dos direitos dos servidores e servidoras, mantendo-se ativo nas articulações que visam barrar retrocessos e fortalecer o Estado brasileiro como instrumento de justiça social.



## Todos à Câmara dos Deputados em defesa dos serviços públicos

Está prevista uma audiência pública do GT da reforma administrativa com a presença da ministra do MGI, Esther Dweck, e representantes das Esferas do Poder Executivo.

[Matéria completa em cut.org.br](http://cut.org.br)

## CCJ do Senado aprova endurecimento de penas por crimes sexuais

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou em caráter terminativo nesta quarta-feira (9) o projeto de lei 2.810/2025, que endurece penas para crimes contra a dignidade sexual e cria novas medidas de proteção às vítimas em situação de especial vulnerabilidade. Relatada por Alessandro Vieira (MDB-SE), a matéria segue para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para deliberação no plenário.

A proposição prevê aumento na pena para crimes como estupro de vulnerável, corrupção de menores, favorecimento da prostituição infantil e divulgação de pornografia envolvendo crianças e adolescentes. Conforme o texto, as novas penas serão da seguinte maneira:

Estupro de vulnerável - de 8 a 15 anos para 10 a 18 anos;  
Estupro com lesão grave - de 10 a 20 anos para 12 a 24 anos;  
com resultado morte - de 12 a 30 anos para 20 a 40 anos;  
Corrupção de menores - de 2 a 5 anos para 6 a 14 anos.

"Por fim, o aumento das penas também tem função preventiva e simbólica. Embora a pena não seja, por si só, garantia de diminuição da criminalidade, o seu rigor transmite uma mensagem clara de intolerância



frente a práticas de abuso e exploração sexual de menores", aponta o relator no parecer.

Alessandro Vieira destaca que o projeto representa um avanço na legislação brasileira e responde à necessidade urgente de proteção mais efetiva às vítimas de violência sexual. "Estamos falando de crimes que deixam marcas profundas, muitas vezes irreparáveis, nas vítimas e nas suas famílias. O endurecimento das penas e a criação de mecanismos eficazes de proteção e assistência são medidas urgentes e necessárias", afirma.

A matéria também condiciona a progressão de regime de condenados por crimes sexuais à comprovação, por meio de exame

criminológico, de que não há indícios de reincidência. Além disso, estabelece a obrigatoriedade de monitoramento eletrônico em qualquer benefício penal que permita a saída do condenado do sistema prisional e prevê atendimento psicológico e social especializado não só para as vítimas, mas também para suas famílias.

"Esse projeto é um avanço concreto na proteção da infância e da juventude. A legislação precisa refletir a gravidade desses crimes e garantir que o sistema de justiça atue com a agilidade e o rigor que a sociedade espera", reforça Alessandro Vieira.

Fonte: Congresso em Foco

**CUT SÃO PAULO**  
FIM DA ESCALA 6X1 ISENÇÃO DO IR TAXAÇÃO DOS SUPER-RICOS

**CENTRÃO, O POVO NÃO VAI PAGAR A CONTA**

**10/07 18H VÃO LIVRE DO MASP**